



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ORAL

Segundo os dados estatísticos, até Setembro do ano passado, existiam em Macau 4101 edifícios residenciais, comerciais e industriais com mais de trinta anos. Desde o ano de 1980 até Setembro de 2013, foram concluídas 10 231 construções, registando-se, no período de 1980 a 1999, o máximo do número de obras de construção, com 200 a 400 edifícios construídos durante esse período. Com esta constatação, espera-se, nos próximos dez anos, um aumento acelerado do número de edifícios com mais de trinta anos, a maioria dos quais localizados nos bairros antigos, como o do Iao Hon ou o da Praia do Manduco.

Há muito que o Governo sabia da importância do reordenamento dos bairros antigos, tendo sido constituído, em 2005, o Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos para a recolha de opiniões dos diversos sectores. Desde a sua constituição, este Conselho Consultivo realizou vários trabalhos de consulta, visitas domiciliárias, seminários, encontros e *workshops* centralizados na requalificação da zona do Iao Hon, das ruas da Praia do Manduco e da Barra, das imediações da Praça Ponte e Horta, das zonas sul e oeste da península de Macau, dos sete edifícios do Iao Hon e da rua do Padre António. Além disso, este Conselho Consultivo também apresentou muitas opiniões no processo legislativo do Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos. Porém, devido ao atraso na produção legislativa e a outros motivos, o texto inicial da proposta de lei não conseguia acompanhar as



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

modificações registadas na sociedade e, como resultado, o Governo retirou a proposta do Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos. Depois de passados estes anos, falta ainda um regime jurídico para esse efeito, com o agravamento da degradação das zonas antigas e da qualidade de vida dos seus moradores.

Nestes termos, interpele o Governo sobre o seguinte:

1. Segundo as autoridades, depois da aprovação das Leis: de Terras, do Planeamento Urbanístico e de Salvaguarda do Património Cultural, há a necessidade de proceder a uma nova avaliação e estudo sobre a proposta de lei intitulada Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos, devido à mudança das condições legislativas inicialmente ponderadas. Agora, qual é o andamento concreto dessa avaliação e estudo? Quando é que vai ser recomeçado o seu processo legislativo? Existe uma calendarização definitiva? Dada a importância desse assunto, uma vez que tem muito a ver com a vida dos residentes, será dada prioridade ao seu trabalho legislativo?

2. A complexidade do direito de propriedade nos bairros antigos é um problema difícil, no seu reordenamento. Conforme o regime jurídico e o procedimento administrativo vigentes, é bastante difícil que proprietários e empresas promovam, em conjunto, o trabalho de reordenamento. Segundo muitas opiniões da sociedade, o Governo deve intervir, de forma mais activa, nesse assunto. Hong Kong tem mais experiências de sucesso nesta matéria e



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

o seu Governo, por um lado, desempenha o papel de “executor” que orienta projectos de reordenamento através da *Urban Renewal Authority* e, por outro, o de “promotor” que fornece serviços intermediários para apoiar os proprietários na resolução de problemas relacionados com o direito de propriedade de terrenos e no desenvolvimento de projectos de reordenamento por iniciativa dos mesmos. Segundo consta, em 2007, as autoridades fizeram uma visita à *Urban Renewal Authority* de HK. Nessa altura, não retiraram nenhuns ensinamentos? Na reapreciação da proposta de lei em causa, não pensam as autoridades criar, por delegação de competência legislativa, uma entidade semelhante ao referido serviço de HK para promover o reordenamento dos bairros antigos?

3. Acredita-se que legislar o reordenamento dos bairros antigos e concretizar, verdadeiramente, o seu reordenamento não se faz em pouco tempo. Para fazer face aos problemas de segurança e ambiente decorrentes do envelhecimento de muitos edifícios dos bairros antigos, de que medidas de curto e médio prazos dispõem as autoridades? Até à data, quais são os efeitos dessas medidas?

14 de Janeiro de 2014

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Si Ka Lon